

**Registro da Comissão de Acompanhamento das políticas de Memória e Verdade no
Município de São Paulo**

(17/07, 16h00 – 18h00 – Sala de Reuniões do 7º. Andar – Prefeitura de São Paulo)

Participantes	Secretário Rogério Sottili (SMDHC); Adriano Diogo (Presidente da Comissão Estadual da Verdade); Ivan Seixas e Thaís Gervásio Barreto (Comissão Estadual da Verdade); Marco Antônio Barbosa (Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos); Anivaldo Padilha (Comissão Nacional da Verdade); César Cordaro, José Luiz del Roio (Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça); Marlon Weichert (Ministério Público Federal); Ivo Patarra (Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo); Vicente Roio (Comissão de Justiça e Paz); Juliana Carlos (Comissão de Anistia do Ministério da Justiça); Tiago Balem (ONG Alice); Expedito Solaney (CUT Nacional); Heloisa de Faria Cruz (Comissão da Verdade PUC-SP); Michel Lutaif e Renan Perlati (C.A. XI de Agosto); Juliana Castrillo e Diego Oliveira (Comissão da Verdade FESP); e Carla Borges, Guiomar Silva Lopes, Luciano Velleda, Giordano Magri (SMDHC). TOTAL: 23 pessoas (Lista de presenças – Anexo 1).
Formato	16h00 – Início da reunião com Secr. Rogério Sottili 18h00 – Encerramento das atividades

Registro das falas

Secr. Rogério Sottili (SMDHC)	Após uma roda de apresentação dos presentes, o Secretário explica que o ponto central da reunião é a definição do papel da Comissão da Verdade do Executivo Municipal. Reitera que, no início da gestão, tinha dúvidas sobre a pertinência da criação de uma Comissão no âmbito do Executivo Municipal, mas que após ouvir vários envolvidos, entendeu a importância de sua criação, em razão de poder atuar exclusivamente em assuntos específicos, sendo, inclusive, uma proposta do próprio Prefeito Fernando Haddad. Nesse sentido, o Secretário confirma a criação da Comissão Municipal e ressalta que sua criação não sobreporá a atuação de nenhuma outra Comissão já existente, pois a Comissão do Executivo Municipal trabalhará para
---	--



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

complementar, somar e ajudar a atuação das outras comissões existentes. Justamente por esta razão, definiu como pauta da reunião a escuta das outras comissões existentes sobre qual deve ser o papel da Comissão da Verdade do Executivo Municipal.

Informa ainda que a intenção da SMDHC é mandar até o fim do mês de agosto o projeto de lei de criação da Comissão para a Câmara Municipal

Por fim, após uma breve consulta aos presentes quanto à metodologia da reunião, passa a palavra para Carla Borges para que apresente algumas idéias de atribuições à Comissão.

Papel da Comissão da Verdade do Executivo Municipal

Carla Borges |
(SMDHC)

A Assessora elenca os principais pontos que a SMDHC entende que podem ser as atribuições da futura Comissão Municipal:

- Identificação e elucidação dos arquivos de violações de funcionários da Prefeitura no período da Ditadura, garantindo o acesso por meio físico e digital dos arquivos públicos desse período;
- Contribuir com a CNV e com outras comissões existentes;
- Auxiliar na identificação dos restos mortais existentes em São Paulo, notadamente garantindo a conservação destas ossadas enquanto não se conclui suas identificações;
- Atuar na identificação e construção de sítios de memória e homenagem;
- Trabalhar em conjunto com a Câmara Municipal para alteração da denominação dos logradouros que levem nomes de pessoas que tenham cometido crimes lesa humanidade, esforçando-se para a redução dos danos e transtornos que as alterações trouxerem aos moradores;
- Incluir pessoas a serem homenageadas no arquivo da Case (SEHAB);
- Desenvolver atividades na área da cultura e educação; e
- Atuar na sensibilização da opinião pública sobre a verdade histórica.

**Secr. Rogério
Sottili |**
(SMDHC)

Após questionamento de Marlon Weichert sobre a natureza e a forma de atuação da Comissão, o Secretário diz entender que o papel da Comissão seja de recomendação de ações, mas que a execução das medidas deve ser realizada pelo Executivo.

Marlon

O Procurador se diz feliz com a criação da Comissão, principalmente pelo fato



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

Weichert (MPF)	de atuar de forma mais periódica e perene, diferentemente da CNV que indicará medidas a serem tomadas somente após a conclusão do relatório final.
Marco Antonio Barbosa (CEMDP)	Entende que já há algumas sobreposições nas atuações das comissões existentes, principalmente a Comissão de Acompanhamento do Protocolo de Intenções firmado entre a PMSP e a SDH/PR e acredita que deve haver uma maior precisão conceitual do papel da Comissão a ser criada. De qualquer forma, entende que a Comissão do Executivo Municipal, por suas atribuições, deveria ser permanente.
José Luiz del Roio (CPMVJ)	<p>Informa que há mais de uma centena de comissões da verdade, com várias atribuições, mas sente que, dentre estas, as mais fortes são as do Executivo, como, por exemplo, as estaduais de Pernambuco e do Rio Grande do Sul.</p> <p>Conta ainda sobre a existência de uma comissão da verdade do executivo municipal de Niterói, recomendando à SMDHC que entre em contato com esta comissão para entender mais sobre o trabalho e as dificuldades enfrentadas.</p> <p>Conclui dizendo que a Comissão a ser criada tem que agir com mais efetividade, já que as comissões pertencentes a outros poderes somente sugerem e recomendam.</p>
Secr. Rogério Sottili (SMDHC)	Resume o que foi falado e ressalta novamente que a Comissão a ser criada também terá um caráter de recomendação, pois quem deverá atuar é a Prefeitura e não a Comissão.
Dyego Oliveira (CV-FESP)	<p>Entende o conflito de atribuições e, por isso, sugere que as atribuições baseiem-se em dois grandes focos: (i) apurar as violações cometidas; e (ii) implantar a idéia do “nunca mais”.</p> <p>É papel do Poder Executivo ser um potencializador das políticas, garantindo recursos. Nesse sentido, a Comissão a ser criada deveria disponibilizar um espaço de trabalho para as outras comissões já existentes, inclusive, com uma atuação integrada de estagiários, para incluir as comissões existentes em universidades.</p> <p>Para construir a política do “nunca mais”, acha que a Comissão do Executivo Municipal deve promover palestras e debates (com transmissão virtual), privilegiando, principalmente, espaços públicos descentralizados, com pessoas que militem com direitos humanos. Após todos estes espaços de construção, propõe que se faça uma Conferência Municipal de Direitos Humanos em 2014, aniversário de 50 anos do golpe.</p>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

Além disso, sugere o lançamento de um edital de direitos humanos para uma São Paulo Mais Humana, que abarque 50 projetos de direitos humanos com temas variados.

Por fim, encerra dizendo que a discussão deve ser ampliada, descentralizada e agregada a outras discussões, reforçando a idéia do fornecimento de recursos para as comissões já existentes.

**Expedito
Solaneu |**
(CUT)

Se diz feliz com a iniciativa, pois entende que a criação da Comissão do Executivo Municipal tende a reforçar da CNV e acha importante esse compromisso do governo. Entende que as indicações sugeridas pela Carla se referem a temas de trabalho, como a base de uma estrutura de colegiado, e que, com esses rumos, a Comissão poderá decidir e indicar o que o Executivo pode fazer, sempre de forma complementar às outras comissões.

Finaliza elogiando a proposta do Dyego Oliveira, mas entende que esse é um papel da SMDHC e não da Comissão da Verdade.

Ivo Patarra |
(CV-CMSP)

Concorda que a atuação prática é papel do Poder Executivo. Nesse sentido, entende como pontos centrais de atuação (i) cemitérios, para fazer as buscas que ainda sejam possíveis; e (ii) memoriais.

**Heloisa de Faria
Cruz |**
(Comissão da
Verdade PUC-SP)

Inicia lembrando que o governo municipal também foi um dos atores da repressão na ditadura. Por isso, entende que um papel importantíssimo da Comissão a ser criada é abrir seus registros, documentos e arquivos, que são de grande importância histórica. Neste assunto demonstra uma grande preocupação também com a localização destes documentos.

Nesse sentido, entende que o papel da Comissão não pode se restringir a recomendar, atuar na educação, cultura, na política do “nunca mais”, e sim atuar também ativamente na busca das violações que o próprio governo municipal cometeu.

**Marlon
Weichert |**
(MPF)

Inicia parabenizando a Secretaria por enfrentar o tema da memória e verdade, como forma de reconciliação do governo com a cidadania, que, historicamente, a ditadura rompeu.

Entende que há uma distinção muito clara entre uma Comissão criada no âmbito do Poder Executivo e do Poder Legislativo, sendo esta paliativa e limitada de natureza. Entende que a Comissão do Executivo deve ser efetiva e permanente para atuar de forma mais direta com o tema.

Diz ainda que lhe agrada a proposta sugerida pelo Dyego de um espaço mais acessível para uma atuação integrada de várias comissões.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

	<p>Ressalta ainda a questão da dedicação dos comissionados, pois, dependendo da atuação dos membros, a falta de engajamento pode prejudicar os trabalhos da Comissão. Sugere, nesse sentido, ter a experiência de Pernambuco como um exemplo a ser adotado.</p> <p>Defende ainda que a Comissão a ser criada tenha poderes absolutos para investigar, naturalmente, dentro dos limites legais, devendo também recomendar, na lógica transversal, ações a serem adotadas pelas Secretarias Municipais, que devem acatar o que for sugerido.</p>
<p>Marco Antonio Barbosa (CEMDP)</p>	<p>Defende que a Comissão do Executivo Municipal tenha um caráter permanente, ou, ao menos, um prazo que ultrapasse o prazo da CNV.</p>
<p>Ivo Patarra (CV-CMSP)</p>	<p>Entende que deve haver foco no papel da Comissão a ser criada, pois, caso se criem muitas atribuições, há um risco de que esta Comissão não se torne efetiva e sua atuação se disperse. Portanto, a atuação deve ser focada nos cemitérios, nos nomes das ruas e nas sugestões feitas pela SMDHC.</p>
<p>Expedito Solane (CUT)</p>	<p>Entende que a Comissão do Executivo Municipal deve apurar o que a Prefeitura fez na ditadura para abrir seus arquivos. Sugere a atuação seja inspirada na Procuradoria de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria, devendo ter também poderes legais para sugerir atuações às outras Secretarias.</p>
<p>Secr. Rogério Sottili (SMDHC)</p>	<p>Compromete-se a trabalhar na sistematização das propostas apresentadas e depois socializar com os presentes. Contudo, sintetizando o que foi falado, entende que a Comissão Municipal do Executivo Municipal deve ter (i) um prazo determinado; (ii) caráter investigativo, principalmente interno, apurando qual foi o papel do governo durante a repressão, inclusive identificando as vítimas da repressão no governo; e (iii) um papel de recomendar e sugerir a atuação da Prefeitura.</p> <p>Entende como importante a existência de um foco delimitado, razão pela qual compreende como papel da SMDHC – e não da Comissão a ser criada – as sugestões do Dyego Oliveira.</p> <p>Por fim, explica que os pontos levantados devem ser construídos e discutidos internamente no Governo antes de serem definitivamente decididos, especialmente, a forma de constituição, a composição, membros efetivos, atribuições, entre outros aspectos mais formais. O trabalho agora é consolidar o que foi dito e escutar outras comissões que estão dando certo para sistematizar</p>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

	um modelo de Comissão a ser implantado.
José Luiz del Roio (CPMVJ)	Pede para que não haja restrição a pessoas que foram vítimas de tortura na composição da Comissão a ser criada.
Carla Borges (SMDHC)	Após uma discussão sobre o caráter permanente ou temporário da Comissão, intervém explicando a proposta de criação de uma Coordenação de Políticas pelo Direito à Memória e Verdade no âmbito da SMDHC, que faz parte do Poder Executivo e tem o papel de nortear a construção da política pública, o que difere do papel da Comissão, que será de pensar e fazer recomendações para a atuação da Coordenação e da Prefeitura.
Expedito Solaney (CUT)	Sugere que seja incluída a letra “J” na Comissão a ser criada. A Comissão Municipal precisa falar de Justiça.
Secr. Rogério Sottili (SMDHC)	Após uma sugestão da Juliana Castrillo para que a Comissão a ser criada seja composta por todas as Subprefeituras, como forma de descentralização e de quebra de um histórico brasileiro de não-diálogo, o Secretário responde que a SMDHC já está trabalhando nessa interlocução, porém, trata-se de um processo gradual. Entende que incluir as Subprefeituras na composição da Comissão pode atrapalhar a execução dos trabalhos, o que não impede que a descentralização seja efetivada através de audiências públicas, por exemplo.
Adriano Diogo (Comissão Estadual da Verdade)	Parabeniza a iniciativa e ressalta que, além dos trabalhos nos cemitérios, a Comissão deveria vislumbrar também uma intensa atividade cultural, utilizando a estrutura dos CEUS, teatros e equipamentos municipais, sugerindo que seja retomado o projeto de vídeos das 154 biografias de vítimas da ditadura.
Ivan Seixas (Comissão Estadual da Verdade)	Entende que, por ser uma Comissão do Executivo Municipal, a Comissão a ser criada tem o importante papel de apurar o histórico de violação perpetrado pela própria Prefeitura, como forma de reconstrução democrática. Por fim, defende que não deve ter prazo determinado.
Anivaldo Padilha (CNV)	Coloca a CNV à disposição da Prefeitura, inclusive com uma cooperação mais estreita entre as duas comissões. Por fim, enfatizou que a CNV tem um importante papel que lhe é exclusivo: convocar pessoas a prestarem depoimento.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

Informes e Convites

Expedito Solaney (CUT)	Convite para o Ato Sindical a ser realizado no âmbito da Comissão Nacional da Verdade.
José Luiz del Roio (CPMVJ)	Informa que o momento de instabilidade na CNV já passou e agora o trabalho é de reestruturação interna. Em relação aos membros, lembra a todos que na CNV, além dos membros efetivos, há uma grande quantidade de voluntários que trabalham muito pela atuação da comissão. Por fim, sensibiliza os presentes que a CNV é uma comissão de todos, o que deve ser considerado na hora de criticá-la.
Marlon Weichert (MPF)	05.08.2013, às 14h: ato de tomada simbólica do prédio da Auditoria Militar. 09.08.2013: lançamento do Brasil: Nunca Mais Digital no auditório do MPF.
Marco Antonio Barbosa (CEMDP)	05.08.2013: abertura da exposição “Resistir é preciso...”, projeto idealizado pelo Instituto Vladimir Herzog.
Juliana Carlos (Comissão de Anistia - MJ)	Informa que a ONG Alice ganhou um edital do governo federal para a construção de monumentos em memória às vítimas da ditadura e que agora irão discutir com a SMDHC o que fazer em São Paulo.
Michel Lutaif (Centro Acadêmico XI de Agosto)	Grande ato na São Francisco que antecederá a tomada simbólica do prédio da Auditoria Militar.

Encaminhamentos |

Ações

Prazo

Sistematizar as sugestões propostas e pesquisar a atuação de outras comissões municipais	Até a próxima reunião
--	-----------------------